

## PRESS MONITORING

10 | PORTUGAL | PÚBLICO, TER 25 SET 2012

### Já não há descontos nos transportes para todos os estudantes do superior

**Ensino superior**  
Samuel Silva

**Governo corrigiu portaria que alargava descontos a todos os alunos. O apoio destina-se só aos beneficiários de bolsas**

Quase um mês depois da publicação da portaria que concedia um desconto de 60% nos transportes públicos aos estudantes do ensino superior, o Governo corrigiu-a. A nova redacção, tornada pública ontem, altera a primeira formulação que, por erro, alargava a medida a todos os alunos universitários. Tal como tinha inicialmente anunciado, o apoio destina-se apenas aos beneficiários de bolsas de estudo.

A declaração de rectificação foi ontem publicada em *Diário da República* e altera a primeira versão, de 31 de Agosto. "O passe sub23@ superior.tp destina-se a estudantes do ensino superior até aos 23 anos, inclusive, que beneficiem da Acção Social Directa no Ensino Superior", lê-se do documento publicado pela presidência do Conselho de Ministros e os Ministérios das Finanças, Economia e Educação.

Na primeira versão, o Governo havia escrito que o desconto se destinava aos beneficiários da Acção Social, o que, formalmente, estendia o apoio a todos os 400 mil alunos das universidades e politécnicos. A nova versão dá forma àquele que tinha sido o anúncio inicial do executivo, que estabelecia um desconto de 60% no título de transporte sub23@ superior.tp para os alunos que rece-

bam bolsa de Acção Social.

O erro tinha sido recebido com ironia pelas associações académicas que, no início do mês, endereçaram o seu "agradecimento público" ao Governo pela "sensibilidade demonstrada" ao alargar os descontos nos transportes a todos os alunos. A correcção foi, por isso, recebida "sem surpresa" pelo presidente da Federação Académica do Porto (FAP), Luís Rebelo. "Não tínhamos grandes expectativas quanto à manutenção da portaria tal e qual estava", confessa. O dirigente estudantil critica, porém, o executivo por ter "perdido uma oportunidade" para promover o uso dos transportes públicos junto dos jovens, corrigindo assim um problema do país, com efeitos negativos a nível económico e ambiental.

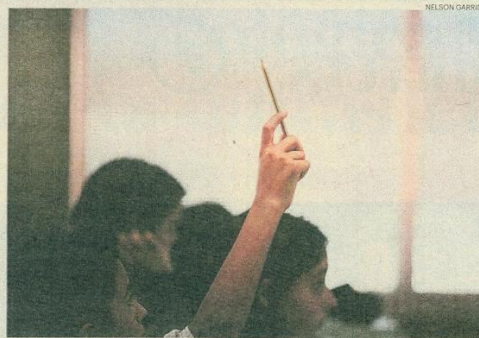
A FAP mantém também dúvidas em relação à forma como o desconto vai aplicar-se aos estudantes do 1.º ano. Se os alunos que já frequentavam o ensino superior podem beneficiar do apoio para o passe desde que no ano anterior tenham sido bolsistas; os novos têm mesmo de esperar pelo resultado definitivo da sua candidatura a bolsa de estudo, algo que tem demorado vários meses nos últimos anos.

#### Alterações às bolsas

As principais associações académicas lançaram, ontem, uma petição em que exigem a alteração do regulamento de bolsas de estudo. Os estudantes querem que as dívidas dos pais ou outros membros do agregado familiar deixem de ser motivo para excluir os candidatos do acesso ao apoio do Estado.

Sendo esse atribuído directamente aos alunos, estes "não devem ver as suas candidaturas a bolsa indeferidas com base em dívidas contributivas e tributárias dos demais elementos do agregado familiar", defendem os líderes académicos, em comunicado. As associações baseiam-se no princípio legal das "intransmissibilidade das obrigações fiscais" para pedir a anulação deste ponto do regulamento.

A petição foi lançada em papel e pretende recolher a assinatura de quatro mil, para que a iniciativa possa ser debatida no Parlamento. O documento foi inicialmente subscrito por dez associações académicas, incluindo as das maiores universidades como a FAP e as associações do Minho e Coimbra, assim como as federações do politécnico e do ensino particular e cooperativo.



Monitores da associação seguem alunos individualmente

### Modelo da EPIS escolhido para projecto europeu

**Educação**  
Clara Viana

**A associação Empresários pela Inclusão Social tem, desde 2007, um programa de combate ao insucesso e abandono escolar**

Três escolas do Reino Unido, Hungria e Eslovénia vão testar, já este ano lectivo, a metodologia que tem sido utilizada por uma organização não-governamental portuguesa no combate ao insucesso escolar. Este projecto-piloto vai desenvolver-se no âmbito de um programa europeu que pretende identificar boas práticas de combate ao abandono escolar precoce (Reslea - Reducing Early School Leaving), que na semana passada elegeu o modelo que tem sido seguido em Portugal pela associação EPIS - Empresários pela Inclusão Social.

O projecto é financiado pelo Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida, da Comissão Europeia. A EPIS vai coordenar a sua implementação e será também responsável pela formação dos agentes envolvidos. Os resultados serão avaliados no próximo Verão. Se o projecto-piloto tiver sucesso, Diogo Simões Pereira, secretário-geral da EPIS, acredita que a experiência será "alargada a outras escolas e países".

O modelo de combate ao insucesso escolar da EPIS foi lançado em 2007. Tem na base o desenvolvimento das chamadas competências não cognitivas como a motivação e a auto-estima.

Segundo a EPIS, foram sinalizados cerca de 30 mil alunos do 3.º ciclo

em risco de insucesso escolar em 90 escolas de seis concelhos. Destes, 9200 foram acompanhados de perto. O último balanço da associação dá conta de que a taxa de aprovação dos "seus" alunos subiu 25 pontos percentuais, tendo passado de 57% em 2010 para 82% em 2011.

Neste ano lectivo, a EPIS vai estar presente em escolas de mais nove concelhos. Este alargamento, segundo Simões Pereira, visa colmatar os cortes anunciados para este ano pelo Ministério da Educação e Ciência - "menos tempo lectivo, menos professores, menos projectos especiais".

"Queremos ser cada vez mais uma rede de segurança para os jovens que mais precisam de apoio numa época em que os recursos públicos são mais escassos", assegura aquele responsável. Os alunos seguidos pelos monitores da associação são acompanhados individualmente ou em pequenos grupos depois de uma selecção que visa sinalizar os jovens que estão já em situação de risco de insucesso ou de abandono escolar. Os alunos a acompanhar são sinalizados na sequência de um inquérito realizado a todos os estudantes do 3.º ciclo das escolas parceiras.

Para o investigador Pedro Martins, da Universidade Queen Mary de Londres, esta forma de selecção, que diz ser uma das "originalidades" do modelo EPIS, permite que os recursos disponíveis sejam "apenas gastos nos estudantes que à partida poderão beneficiar mais" com este programa.

A partir das informações que recolhe, a associação dispõe também de uma base de dados que lhe permite acompanhar todo o percurso escolar destes alunos.

### Atrair alunos estrangeiros para escolas portuguesas

**Ensino superior**  
Samuel Silva

**Universidades e politécnicos do Sul do país juntam-se com o objectivo de trazer alunos para estagiar em Portugal**

Três universidades e dois institutos politécnicos do Sul do país assinam hoje uma parceria que tem como objectivo atrair mais estudantes estrangeiros para estagiar em empresas e organismos públicos nacionais. Este consórcio vai também permitir aos alunos das instituições de ensino superior participantes saírem mais facilmente para trabalhar nos países que aderiram ao programa LPP Erasmus.

As universidades de Lisboa, Évora e Algarve e os institutos politécnicos de Beja e Setúbal são os subscritores deste acordo. O consórcio Erasmus Al Sud visa oferecer estágios profissionais a estudantes europeus do ensino superior, facilitando "a internacionalização das empresas e organizações portuguesas", defendem os responsáveis, em comunicado.

A rede criada por esta parceria conta já com a colaboração de sete instituições privadas do Sul do país, como a Rede Europeia de Turismo de Aldeia do Alentejo; a Associação Centro de Incubação de Empresas de Base Tecnológica Vasco da Gama, de Sines; ou o Centro de Ciências do Mar do Algarve, bem como três municípios - Lisboa, Sines e Montijo. Aqui poderão estagiar os alunos que integrem o LPP Erasmus, um programa europeu que permite a realização de estágios profissionais de três a dez meses em vários países.

O acordo é assinado esta tarde na reitoria da Universidade de Lisboa, que é a instituição coordenadora pelo período de dois anos lectivos. O consórcio Erasmus Al Sud vai também financiar estágios profissionais aos alunos das universidades e institutos participantes deste programa comunitário.

O acordo entre as cinco instituições de ensino superior públicas prevê a mobilidade para estágio profissional de 221 alunos, a grande maioria dos quais (118) provenientes da Universidade de Lisboa. Empresas, hospitais e instituições de ensino superior localizadas nos países participantes do programa europeu são o destino destes estudantes.



Nem todos os estudantes terão acesso a passes mais baratos